futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, o Grupo pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.
Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.5 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades de Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.
As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou *impairment*).

2.6 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias-primas, mão-de-obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

2.7 Ativo biológico

Os ativos biológicos correspondem a florestas de pinus que, após o corte, são destinadas para venda para terceiros. O processo de corte e replantio tem um ciclo aproximado de 12 – 14 anos, variável com base na cultura e material genético a que se refere. Os ativos biológicos são mensurados ao custo, conforme premissas utilizadas pelo Grupo apresentadas na Nota 15.

2.8 Ativos intangíveis

(a) Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. Os custos com a aquisição de patentes, marcas comerciais e licenças e direitos não são amortizados.

(b) *Softwares*

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil, pelas taxas descritas na Nota 14.
Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

(c) Uso do bem público

Corresponde aos valores estabelecidos nos contratos de concessão relacionados aos direitos de exploração do potencial de energia hidráulica, cujo contrato é assinado na modalidade de Uso do Bem Público (UBP). O registro contábil é feito no momento da liberação da licença de operação, independentemente do cronograma de desembolsos estabelecidos no contrato. O registro inicial desse passivo e do ativo intangível (direito de concessão) corresponde aos valores de obrigações futuras trazidos a valor presente (valor presente do fluxo de caixa dos pagamentos futuros).
A amortização desse intangível é calculado pelo método linear pelo prazo remanescente de concessão. O passivo financeiro é atualizado pelo método da taxa de juros efetiva e reduzidos pelos pagamentos contratados.

2.9 Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, Unidades fabris e escritório. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico ou custo atribuído - quando aplicável (Nota 13), menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.
Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.
Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.
Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.
O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.
Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

2.10 *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.
Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)).
Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

2.11 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.
Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.12 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.
Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.
Os custos de empréstimos e financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.13 Programa de recuperação fiscal

Os valores a pagar decorrentes do programa de recuperação fiscal são obrigações a pagar por adesão aos programas governamentais REFIS, PAES e PAEX, conforme descrito na Nota 19, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

2.14 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.
Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.
As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.15 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido.
Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.
O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas ou substancialmente promulgadas, no Brasil. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações, e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.
O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.
O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial um ativo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). Em 2016, não houve combinação de negócios.
O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.
Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

2.16 Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

2.17 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.
O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo.

(a) Venda de produto

Na controladora, Santa Maria Cia de Papel e Celulose, as vendas são reconhecidas quando da entrega dos produtos (papéis para as mais diversas aplicações) para o comprador, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de venda dos produtos, e desde que não haja nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega não ocorre até que os produtos tenham sido enviados para o local especificado, os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o comprador, o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com contrato de venda e as disposições de aceitação tenham sido acordadas ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.
A controlada Curucaca Geradora S.A. está autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) a se estabelecer como produtor independente de energia elétrica, porém, a obra de integração ao Sistema Interligado Nacional para posterior comercialização de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) está em andamento, cuja conclusão está prevista para o mês de março de 2017. Conforme apresentado na Nota 11 (c), a energia elétrica gerada pela Curuca Geradora S.A. foi transferida sem custo à Companhia em 2016.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

(c) Receita de dividendos

A receita de dividendos é reconhecida quando o direito de receber o pagamento é estabelecido.

2.18 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido, conforme definido no Estatuto Social da Companhia..

2.19 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.
O valor mínimo para distribuição dos dividendos é de 25% do lucro líquido, conforme definido no estatuto social da Companhia.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

O Grupo está sujeito ao imposto de renda e contribuição social com base nas alíquotas vigentes. O Grupo também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

(b) Passivos contingentes

O Grupo é parte envolvido em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

(c) Revisão da vida útil e recuperação de propriedades, plantas e equipamentos

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades do Grupo é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

4 Gestão de risco financeiro

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.
A gestão de riscos é realizada segundo as políticas aprovadas pela Diretoria. A administração identifica, avalia e protege o Grupo contra eventuais riscos financeiros.

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

A Companhia está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos.
O Grupo possuía ativos e passivos denominados em moeda estrangeira nos montantes descritos a seguir:

	Controladora e Consolidado			
	31 de dezembro de 2016		31 de dezembro de 2015	
	Em milhares de dolares norte americanos	Em milhares de reais	Em milhares de dolares norte americanos	Em milhares de reais
Ativo				
Contas a receber de clientes (Nota 8)	704	2.294	856	3.340
Passivo				
Empréstimos e financiamentos (i)			(17.363)	(67.799)
Fornecedores (Nota 16)			(183)	(714)
Exposição líquida	704	2.294	(16.690)	(65.172)

(i) Em 2016, os empréstimos e financiamentos contratados em dólares americanos foram renegociados para reais.

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros do Grupo decorre de empréstimos e financiamentos de longo prazo. Os empréstimos e financiamentos emitidos às taxas variáveis expõem o Grupo ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos e financiamentos emitidos às taxas fixas expõem o Grupo ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

(b) Risco de crédito

A política de vendas do Grupo considera o nível de risco de crédito a que está disposto a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber.

(c) Risco de liquidez

É o risco do Grupo não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.
Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros.
A tabela a seguir apresenta os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa futuros, que incluem os juros a incorrer, motivo pelo qual esses valores podem não ser conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e financiamentos e programa de recuperação fiscal.

Controladora	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2016				
Fornecedores	51.263			
Empréstimos e financiamentos	58.317	88.723	4.628	696
Programa de recuperação fiscal	11.691	4.144	6.541	7.823
Em 31 de dezembro de 2015				
Fornecedores	61.938			
Empréstimos e financiamentos	72.588	100.031	3.239	225
Programa de recuperação fiscal	4.003	10.513	4.502	8.697

Consolidado	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2016				
Fornecedores	52.363			
Empréstimos e financiamentos	61.712	93.307	8.929	38.739
Programa de recuperação fiscal	11.691	4.144	6.541	7.823
Em 31 de dezembro de 2015				
Fornecedores	64.891			
Empréstimos e financiamentos	72.588	100.031	3.239	225
Programa de recuperação fiscal	4.003	10.513	4.502	8.697

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.
Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.
A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial) e dívida fiscal, subtraídos do montante de caixa e equivalentes de caixa.
O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.
Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 podem ser assim sumarizados:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Total de empréstimos e financiamentos (Nota 17(a))	149.572	153.033	175.518	164.818
Total de parcelamento fiscal (Nota 19(b))	20.200	17.400	20.200	17.400
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	(7.262)	(7.898)	(7.974)	(9.105)
Dívida líquida	162.510	162.535	187.744	173.113
Total do patrimônio líquido	80.003	84.166	140.485	143.799
Total do capital	242.513	246.701	328.229	390.624
Índice de alavancagem financeira %	67	66	57	44

5 Instrumentos financeiros por categoria

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Ativos conforme balanço patrimonial				
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa	7.262	7.898	7.974	9.105
Contas a receber de clientes	38.901	30.927	38.901	30.927
Dividendos a receber		325		
Adiantamento a fornecedores	618	846	652	1.158
Partes relacionadas	1.357		1.357	250
Títulos da dívida do Estado	2.854	2.854	2.854	2.854
	50.992	42.850	51.738	44.294
Passivos conforme balanço patrimonial				
Outros passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	149.572	153.033	175.518	164.818
Fornecedores	51.263	61.938	52.363	64.891
Programa de recuperação fiscal	20.200	17.400	20.200	17.400
Distribuição de dividendos à pagar				325
Partes relacionadas	9.167	8.379	9.167	4
	230.201	240.750	257.248	247.438

6 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	Controladora e Consolidado	
	2016	2015
Contas a receber de clientes		
Contrapartes sem classificação externa de crédito		
Grupo 1	694	2.331
Grupo 2	25.171	21.186
Grupo 3	13.036	7.410
Total de contas a receber de clientes	38.901	30.927

Grupo 1 - novos clientes/partes relacionadas (menos de seis meses).
Grupo 2 - clientes/partes relacionadas existentes (mais de seis meses) sem inadimplência no passado.
Grupo 3 - clientes/partes relacionadas existentes (mais de seis meses) com alguma inadimplência no passado.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Caixa e bancos	1.201	2.093	1.694	3.094
Aplicações financeiras (i)	6.061	5.805	6.280	6.011
	7.262	7.898	7.974	9.105

(i) As aplicações financeiras se referem a certificados de depósitos bancários remunerados à taxa de 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e podem ser resgatadas imediatamente em um montante conhecido de caixa sem penalidade de juros, estando sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, cuja intenção da administração é fazer uso desses recursos no curto prazo. Referidos saldos decorrem da estratégia e do fluxo normal das operações da Companhia.

8 Contas a receber de clientes

	Controladora e Consolidado	
	2016	2015
Clientes nacionais	34.410	25.785
Clientes estrangeiros	2.294	3.340
Partes relacionadas (Nota 11(a))	2.197	1.802
	38.901	30.927

Em 31 de dezembro de 2016, contas a receber de clientes no valor de R$ 1.453 (2015 - R$ 712) encontram-se vencidos, mas não *impaired*. A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	2016	2015
Até três meses	1.281	474
De três a seis meses	69	1
Acima de seis meses	103	237
	1.453	712

Segundo avaliação da administração, este contas a receber vencido deve ser totalmente recuperado até 31 de dezembro de 2017.
A Companhia ofereceu duplicatas a receber como garantias em contratos de empréstimos e financiamentos, conforme mencionado na Nota 17 (c).

9 Estoques

	Controladora e Consolidado	
	2016	2015
Produtos acabados	2.653	2.795
Matérias-primas	7.429	12.565
Materiais auxiliares	6.758	6.478
	16.840	21.838

A administração não tem expectativa de perdas na realização dos estoques.

10 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços (ICMS)	1.233	2.451	1.292	2.451
Antecipações de imposto de renda e contribuição social	487	1.685	761	2.079
Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	391	51	391	51
	2.111	4.187	2.444	4.581
(-) Circulante	(1.634)	(3.246)	(1.923)	(3.640)
Não circulante (i)	477	941	521	941

(i) O saldo classificado no realizável a longo prazo é composto por tributos sobre ativo fixo e em processo de compensação.